

30 DE SETEMBRO

DIA NACIONAL DE LUTA CONTRA A 'REFORMA' ADMINISTRATIVA

Unido a todas as entidades que defendem o trabalhador do serviço público brasileiro, neste Dia Nacional de Luta contra a Reforma Administrativa, o Sindsep-AM vem a público denunciar o maior golpe já desferido contra a sociedade nos últimos tempos. O que o governo e os 'chefes' do Congresso estão propondo não é uma reforma, mas uma contra reforma, uma deformação no sistema de serviços prestados em favor da população.

Uma reforma seria para ampliar direitos e melhorar resultados na qualidade do atendimento aos mais necessitados, mas, ao invés disso, a PEC 32/20 põe nas costas do servidor toda a conta das mazelas do orçamento público, jogando contra ele a sociedade a quem serve.

Sem reajustes, sem concursos, sem investimentos e sem direitos. Esse é o retrato do funcionalismo no Brasil, pois é mais fácil para os corruptos dizerem que somos privilegiados e ganhamos demais a terem de apresentar um projeto que promova, de fato, o desenvolvimento social e econômico do país. Pintam como marajás professores, fiscais do trabalho, do meio ambiente e de outras categorias essenciais, mas não tocam nos privilégios de juizes, militares, deputados, senadores e procuradores, com seus salários milionários. Então, o que querem realmente o governo e o Congresso com essa 'reforma'?

1 - Acabar com o Regime Jurídico Único e aprofundar a terceirização, inaugurando a 'rachadinha' na administração pública, onde atividades de Estado serão atribuídas a não concursados.

2 - Retirar direitos conquistados com muita luta pelo trabalhador do serviço público, a exemplo do anuênio, que dispara o gatilho de ajuste salarial da categoria anualmente.

3 - Retirar as incorporações de gratificações para aposentados, que, segundo o ministro Paulo Guedes, é um absurdo.

4 - Acabar com a estabilidade que objetiva a defesa do Estado e com a obrigatoriedade de servidores concursados exercerem cargo de direção e assessoramento superior.

5 - Inserir na orientação da administração pública o princípio da 'subsidiariedade', aquilo que não é principal. Ou seja, o principal é o setor privado e o subsidiário a administração pública.

Como se vê, as alterações permitidas pela PEC 32/20 empurram goela abaixo do povo a privatização dos serviços públicos, pois, pela proposta, se o mercado oferece um serviço, não há necessidade do Estado promover o mesmo para a população. Com a 'reforma' administrativa, interesses políticos estarão acima dos interesses do cidadão, e isso não podemos permitir.